

ENCONTROS RESTRITOS MARCAM DIÁLOGO EM ROMA

As conversações de paz para Moçambique prosseguem em Roma, ainda caracterizadas por contínuos encontros restritos, envolvendo apenas os chefes das delegações do Governo e da Renamo, respectivamente Armando Guebuza e Raul Domingos, na sede da Comunidade de Santo Egídio.

Estes encontros, retomados na passada sexta-feira, têm envolvido igualmente os chefes das subdelegações militares das duas partes, nomeadamente o Tenente-General Tobias Dai, comandante do Exército moçambicano, e o Major-General Hermínio Morais, das forças da Renamo.

Esta fase final das conversações continua marcada por alguma reserva das partes, quanto à revelação de informações de substância à Imprensa, facto que pode ser interpretado como revelador de algum excesso de zelo em torno de matérias manifestamente sensíveis para qualquer das partes, na perspectiva de um fim próximo da guerra no país.

Contudo, contrariamente às circunstâncias habituais em que os mediadores convocavam encontros restritos ao nível dos negociadores-chefe, como último recurso para desbloquear impasses, desta vez este método é encarado como o mais eficiente, por permitir esclarecimentos

mútuos detalhados e de um modo relativamente informal.

Nas palavras de uma fonte próxima ao processo, «por vezes surgem falsos impasses, motivados apenas por falta de clarificação das razões das posições recíprocas e reuniões mais restritas tornam-se mais eficientes em determinados casos específicos».

Para além de se tratar de questões finais, cuja importância pode ser entendida pelo facto de depender delas a posição em que cada parte vai abandonar a guerra para se lançar à luta política, a dificuldade em determinar o ponto exacto em que os debates se encontram resulta também do esquema de abordagem simultâneo de todas as matérias ainda pendentes sobre questões militares, garantias e o processo técnico do cessar-fogo.

Segundo foi sugerido à AIM em Roma, as partes ainda não chegaram a acordo final sobre a metodologia prática a ser seguida para aplicar o acordo de Junho, segundo o qual três pontos são considerados como um

todo, devendo os respectivos protocolos serem assinados em conjunto.

Nessa base, e tendo em conta o prazo de 1 de Outubro, estabelecido no encontro entre o Presidente da República, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, poderia optar-se por dois métodos.

O primeiro desses métodos, aparentemente apoiado pelo Governo e alvo de reticências por parte da Renamo, consistiria em proceder a uma triagem de todas aquelas questões sobre as quais existam acordos finais, em cada um dos três pontos da agenda ainda pendentes.

Desse conjunto de pontos rubricar-se-iam os respectivos protocolos em período útil, produzindo-se, em paralelo, actas separadas em que as partes iriam remeter às respectivas cúpulas aquelas alíneas em que não tivesse havido acordo no prazo estabelecido.

A julgar por toda a informação confirmada desde há dois anos pode-

-se especular que no quadro das alíneas consideradas «difíceis» integrar-se-iam matérias como o número dos efectivos do futuro exército único, o futuro do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), o restabelecimento da administração central a todo o território nacional (incluindo as zonas militarmente controladas pela Renamo), a extensão do papel internacional, nomeadamente das Nações Unidas, no controlo do período de transição até às eleições, e ainda o processo e calendário da retirada das tropas do Zimbabue do território moçambicano.

O outro método, diferente do primeiro, conhecido como «princípio das simultaneidades», proposto pela Renamo, consistiria em discutir todas as alíneas de qualquer dos três pontos, «até se conseguir acordos», independentemente do prazo de 1 de Outubro.

A avaliação dos factos torna-se assim distante, pois qualquer das partes procurará, obviamente, colocar-se fora de quaisquer responsabilidades perante a hipótese, pouco provável, das discussões ultrapassarem o prazo de primeiro de Outubro. — (AIM)